

A mídia, o PRONASCI e o desvio de finalidade.

Prof.Dr. Costa Gomes*

O Programa Nacional de Segurança Com Cidadania – PRONASCI - foi saudado como uma possível solução para a criminalidade que assombra a todos. Conforme o plano aprovado pelo Presidente da República em 09/07/2007, destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, articulando ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública. A previsão de investimento é de R\$ 4,8 bilhões para as 11 regiões mais violentas do país. A verba seria repassada em parcelas anuais. Em 2007: 483 milhões; 2008: cerca de um bilhão; 2009 quase um bilhão e setecentos milhões; 2010: um bilhão e meio e 2011: aproximadamente setecentos milhões.

O que não se disse foi que a adesão de mais municípios não significaria mais recursos, mas novas divisões do mesmo bolo! Assim os recursos foram minguando. Em 17/12/2007 já haviam sido assinados 32 convênios, no dia 20 do mesmo mês anunciaram-se as adesões de mais 16 municípios e em 22/01/2008 já se somava 73. Em 27/03/2008 a contagem já passou a ser realizada por estados, contabilizando-se a adesão do Ceará como a 12ª. Apesar de elevados no total, se no começo do programa os recursos já eram reduzidos para a magnitude dos problemas, após a lógica adesão de tantos necessitados passaram a ser mínimos. A Bahia aderiu em outubro de 2007. Não recebeu nada naquele ano e tem a previsão de receber R\$53.440.076,21 em 2008, mas tudo depende de quantos mais irão dividir o bolo!

O factóide midiático de 2007 anunciou recursos para 11 regiões, hoje são muito mais, para os mesmos valores, mas ainda existe o desvio de finalidade. Como seria natural quem parte e reparte fica com a melhor parte. Na Bahia a prioridade acabou sendo para materiais de polícia: cerca de 23 milhões em viaturas, rádios, armamentos, coletes etc.. Ninguém pode dizer que estes materiais não são necessários, mas sim que eles deveriam ser adquiridos com o orçamento do estado e não com a verba imaginada para ser suplementar, *“para atuar nas raízes sócio-culturais da criminalidade”*. Somente 6,5 milhões foram destinados ao foco, os programas de prevenção. Perde o estado, perde a sociedade, perde a própria segurança pública incapaz de lidar com o cerco do tráfico as nossas escolas.

Coordenador do Observatório de Segurança Pública da Bahia.

carlos.gomes@unifacs.br.